



## O Estado, As Religiões, e a Esperança

*Com este título, O Estado, As Religiões, e a Esperança, Nicolas Sarkozy escreveu um livro onde assumia que os muçulmanos já são a segunda religião da França, e advertia contra o fundamentalismo laico e contra o fundamentalismo religioso, ambos perigosos inimigos da sociedade de confiança.*

**E**screveu: “A República é uma maneira de organizar o universo temporal. É a melhor maneira de viver em comum. Mas ela não é a finalidade do homem. Há ao mesmo tempo uma aspiração espiritual, que a República não deve negar, mas que também não é da sua competência”. O título do livro merece ser autonomizado na temática contemporânea da crise do Estado e da sociedade de confiança.

Esta sociedade de confiança, que requereu a medi-

tação de Alain Peyrefitte, cujo livro, com esse título, é de 1995, tem como princípio estrutural a separação entre a Igreja e o Estado, e depende da adesão dos membros da comunidade, ou sociedade civil para este efeito, a um tecido cultural que tem o contrato como referência jurídica fundamental, torna fluente o cumprimento diário e minucioso das obrigações que se encadeiam sem exigir sequer a lembrança da cobertura jurídica, tem a falta de cumprimento como

excepção a exigir a intervenção também pontual da justiça. Escreveu Peyrefitte: “em quarenta anos de observação, a atitude de confiança – ou de desconfiança – na pessoa apareceu-nos, sob formas muito diversas, como a quintessência das condutas culturais, religiosas, sociais e políticas que exerceu uma influência decisiva sobre o desenvolvimento”.

Esta intervenção esporádica do poder igualmente assenta numa relação de confiança entre a sociedade civil e o Estado organizado para a servir, atento às mudanças da circunstância do modelo. A evolução para os modelos democráticos ocidentais, incluindo estabelecer prazos limitadores para a detenção do poder pelos titulares, tem feito defrontar esta necessidade e dever de vigilância da mudança com exigências crescentes. Designadamente, acompanhar a velocidade de alteração das variáveis externas, nem sempre orientáveis pela capacidade de governo, com os efeitos colaterais internos e exigências novas dos eleitorados, vendo crescer as interdependências mundiais com origens múltiplas.

Por tudo isto, a busca de apoio numa prospectiva a longo prazo, cuja história não muito antiga documenta a frequência com que acontece a outra coisa, a coisa não prevista, torna incontornável prestar atenção ao critério de Edgar Faure, que, em 1966, escreveu um oportuno livro, inspirado pela sua própria

experiência, a que chamou *Prévoir le Présent*.

Este presente, numa avaliação pragmática, tem a primeira dimensão fixada pelo tempo de vigência do poder confiado aos responsáveis, embora sempre alertados, quanto às decisões, pela responsabilidade para com as gerações futuras, um apelo ético moderador de iluminismos mal lembrados, e de imediatismos alheios às consequências por esquecimentos bem lembrados.

O tecido da confiança, garante da vida habitual para os menos inspirados pela inovação e pelo risco, e padrão moderador dos chamados pelos amanhãs que cantam, é um dos elos mais frágeis, se não o mais frágil, das solidariedades internas e externas, sobretudo destas últimas. Isto porque se o padrão da vida internacional foi o tratado, durante séculos presidindo a um regime de *apartheid* das soberanias, estas agora enfrentam uma interdependência crescente e minuciosa, que afecta a regra, sempre todavia precária, da igualdade dos Estados, crescentemente a exigir que a institucionalização ocupe os espaços subtraídos ao modelo da contratualização internacional.

Esta evolução da tipologia foi obra dos ocidentais, muito principalmente dos europeus que, pelos fins do século XIX, tinham construído um “Euromundo”, com as supremacias mundiais concentradas nos Estados soberanos, estes disputando entre si a gestão do centro do sistema.

Na mesma geração, entre 1914-1918 e 1939-1945, a luta armada interna, que uma literatura desculpabilizante dos ocidentais chamou guerras mundiais, dimensão esta que era apenas a dos efeitos colaterais sofridos por todos os povos, destruiu as capacidades das várias Romas instaladas sobretudo na frente atlântica, devastou os territórios e as populações, chamou ao combate os dois desvianismos europeus que são os EUA e a Rússia, e proclamou a Vitória das Democracias incluindo nos vencedores a totalitária URSS, mas de regra sem acrescentar que tal vitória tinha sido apenas contra os demónios interiores dos ocidentais, que nenhum inimigo ameaçara do exterior.

Quando os vencedores se reuniram em S. Francisco em 1945, para reorganizar a ordem mundial, adop-

*O tecido da confiança, é um dos elos mais frágeis, se não o mais frágil, das solidariedades internas e externas, sobretudo destas últimas.*



tando os textos fundamentais que são a Carta da ONU e a Declaração Universal dos Direitos do Homem, vários factos da nova circunstância pareceram ignorados: primeiro, que a maior parte dos Estados que tinham sido os titulares das parcelas mais importantes do Império Euromundista, destacando-se a Inglaterra e a França, tinham consumido na guerra as suas capacidades; já não eram potências que, pela sua proeminência, devessem ser titulares do direito de veto no Conselho de Segurança, que lhes foi concedido; não foi também avaliado o facto de todos os signatários serem ocidentais, ainda condicionados pela circunstância imperial da cultura que tinham implantado na ordem internacional; identificado o totalitarismo como sendo o demónio interior que pusera em causa toda a estrutura da confiança internacional, não enfrentaram a natureza da aliada URSS e o futuro uso do seu privilégio de veto; não assumiram a experiência do presente que era a alte-

ligamos, todos com leituras diferenciadas daquilo a que se comprometiam; que a propriedade é um direito fundamental, foi subscrito por capitalistas e soviéticos, comunitários e liberais; que a igualdade entre homens e mulheres é imperativa, que os direitos das crianças são invioláveis, que a escravatura é um crime; não impediu a assinatura dos que continuaram a beneficiar do tráfego dos “*slave travel cheques*” entre a costa atlântica da África e o Médio Oriente, a manter a lapidação das mulheres adúlteras, a considerar a excisão feminina como irrevogável; o conceito de cidadania democrática da Carta da ONU foi pelos signatários das áreas libertadas considerado compatível com a recusa da separação da Igreja e do Estado, mantendo o modelo das suas tradições.

A ruptura, em relação aos textos, traduziu-se em guerras marginais de custos humanos tremendos (Vietname, Coreia, África), numa substituição da Ordem da ONU pela Ordem dos Pactos Militares

*No curto espaço de uma década, consumou-se um facto sem precedente na história da humanidade: todas as áreas culturais do mundo falavam com voz própria na Assembleia Geral de Estados soberanos*

ração global do mapa dos soberanos que ia seguir-se ao exercício das autodeterminações previstas imperativamente na Carta da ONU.

No curto espaço de uma década, consumou-se um facto sem precedente na história da humanidade: todas as áreas culturais do mundo falavam com voz própria na Assembleia Geral de Estados soberanos, com o seu capital de queixas contra os ocidentais colonizadores, com os seus padrões culturais específicos, com o seu dinamismo de libertados, por vezes com a violência dos revoltados não apaziguada pelo novo estatuto.

As contradições não pareceram rapidamente evidentes porque todos os Novos Estados, representantes das áreas culturais libertadas, assinaram os documentos fundamentais da ONU sem reservas.

Não se tornou imediatamente evidente, e por isso não foi lembrado, que toda a leitura depende da circunstância do leitor: todos assinaram que a família é a célula fundamental da sociedade, os que a consideram sacramentada, os que a vêem contratualizada, os que a praticam como um troço do caminho, os po-





destruição maciça, a liquidação das economias tradicionais, as deslocalizações das indústrias, o desemprego; a utopia dos direitos humanos sem protecção, multiplicou as migrações determinadas pela busca das sociedades de abundância, vindas pelos caminhos do sul pobre em direcção ao norte afluente e consumista, no exercício do direito natural de estar, de andar, de ir de um lugar para o outro, e com os desastres inerentes.

De facto, a ordem suposta pela Carta da ONU, que a verdadeira Ordem dos Pactos Militares substituiu durante meio século terminado em 1989 com a queda do Muro de Berlim, não foi reposta; o unilateralismo da superpotência sobranceira, os EUA, não conse-

guiu difundir a adesão à sua utopia; dentro da ONU, o Secretário Geral Kofi Annan organizou um legado regenerador com expressão formal na Cimeira de Setembro de 2005, cujos textos foram assinados pelos 170 Chefes de Estado e de Governo reunidos, mas que a realidade remeteu para longe: na era da globalização não foi possível reformular uma Nova Ordem Mundial, e as análises vão derivando no sentido de exprimir a realidade pelo conceito de anarquia.

A sonhada República mundial, lema de uma rica estirpe de Projectistas da Paz, foi desacreditada pela multiplicação de poderes de facto que, pela linha do mercado, tendem para, sem lei conhecida, centralizar a gestão da economia (G-8), enquanto que pela linha do poder político algumas unidades estaduais tendem para se pulverizar em parcelas, outros Estados derivam para Estados exíguos, isto é, sem capacidade para realizar as finalidades que inspiraram o aparecimento do modelo; surgem poderes atípicos, como a Al-Qaeda, que, sem território, sem povo, sem declarar o objectivo final, incorporam valores religio-

(NATO – VARSÓVIA) que durou cinquenta anos, pela reincidência frequente nos Crimes contra a Humanidade (Jugoslávia, Sudão, Ruanda), por guerras civis devastadoras (Congo Belga, Angola, Guiné, Moçambique), pela persistência dos totalitarismos (URSS, China, Coreia do Norte, Iraque, Irão), pela proliferação das armas de destruição maciça, pela criminalidade transnacional, pelo comércio de drogas, pela desregulação das migrações.

As derivas da utopia da Carta da ONU foram diversas, quer no plano da utopia, quer no plano mais angustiante da realidade. No plano da utopia, e real hierarquia das potências, tão contrária ao princípio da igualdade dos Estados, as potências do veto veriam emergir a categoria de superpotência – EUA e URSS, até que a última se desmoronou por uma espécie de lei da fadiga dos metais que também atinge o poder político. E logo os EUA evoluíram para uma ilusão do fim da história, visto ter desaparecido o adversário, e, exercendo a previsão do presente, imaginaram que o globo ficaria submetido ao modelo democrático, ao modelo dos direitos do homem, e ao modelo da economia de mercado, todos da sua história e imaginação. A resistência das coisas foi encarada com uma deriva unilateralista, com a redução dos adversários à categoria de eixo do mal, com os erros de intervenções traduzidas em desastres maiores no Afeganistão, na Somália, no Iraque.

A utopia da democracia exportável desorganizou estruturas seculares, animou as lideranças autoritárias na área da geografia da fome, sustentou guerras internas de longa duração; a utopia do mercado cobriu o comércio das armas ligeiras, o comércio das drogas, o comércio das tecnologias de ponta, a proliferação das armas de

guia difundir a adesão à sua utopia; dentro da ONU, o Secretário Geral Kofi Annan organizou um legado regenerador com expressão formal na Cimeira de Setembro de 2005, cujos textos foram assinados pelos 170 Chefes de Estado e de Governo reunidos, mas que a realidade remeteu para longe: na era da globalização não foi possível reformular uma Nova Ordem Mundial, e as análises vão derivando no sentido de exprimir a realidade pelo conceito de anarquia.

A sonhada República mundial, lema de uma rica estirpe de Projectistas da Paz, foi desacreditada pela multiplicação de poderes de facto que, pela linha do mercado, tendem para, sem lei conhecida, centralizar a gestão da economia (G-8), enquanto que pela linha do poder político algumas unidades estaduais tendem para se pulverizar em parcelas, outros Estados derivam para Estados exíguos, isto é, sem capacidade para realizar as finalidades que inspiraram o aparecimento do modelo; surgem poderes atípicos, como a Al-Qaeda, que, sem território, sem povo, sem declarar o objectivo final, incorporam valores religio-

*Também o valor imaterial da confiança é atingido, desarticulando o funcionamento da sociedade civil e da relação desta com o Estado, pela técnica de fazer da matança de inocentes a arma mais destruidora daquele valor da confiança.*

sos no seu conceito estratégico, conseguem ferir (11 de Setembro) a própria superpotência sobrança em pontos vitais da confiança da sociedade civil americana, e em pontos vitais da confiança dessa sociedade civil no Estado.

Não apenas as sociedades ricas, afluentes, consumistas, e alienadas nos progressos da ciência e da técnica, se mostram vulneráveis ao exercício do fraco contra o forte, porque é fácil atingir uma malha do sistema perturbando seriamente o seu funcionamento; também o valor imaterial da confiança é atingido, desarticulando o funcionamento da sociedade civil e da relação desta com o Estado, pela técnica de fazer da matança de inocentes a arma mais destruidora daquele valor da confiança.

Esta quebra de confiança encaminha as populações mais carentes ou mais ameaçadas para o apelo aos céus, e deste modo a transcendência volta a envolver a relação entre as sociedades civis e os Estados em crise de soberania consistente ou confiável, tal como aparece no conceito estratégico dos iniciadores do terrorismo global.

As estatísticas apontam para o declínio da declaração de pertença às igrejas institucionalizadas, mas ao mesmo tempo para um acréscimo de busca de acolhimento por iniciativas heterodoxas e por vezes contribuintes para os desafios à ordem legal.

Do lado do terrorismo global, o facto de a sua organização mais em evidência ser de muçulmanos, faz com que a problemática da quebra de confiança se entronque no Diálogo de Civilizações, aqui substituído pela quebra da paz, pondo em evidência que o Islão ocupa um cinturão que, de Gibraltar à Indonésia, separa o norte do mundo rico do sul pobre, invoca um capital de queixas pela antiga submissão colonial e pela actual agressão aos seus padrões culturais pela invasão dos modelos ocidentais, sublinha o confisco da Palestina a favor de Judeus, mobiliza os crentes mais desesperados, incluindo os que se encontram entre os 18 milhões de imigrantes que se instalaram na Europa e constituem a segunda comunidade religiosa desse espaço.

Uma comunidade que veio atraída pela imagem de abundância destas terras ocidentais, que foi recebida sem política de acolhimento, sem política de integração, sem política de assimilação, envolvida pela convic-

ção do mercado de que os imigrantes sofreriam a exploração dos desprotegidos e regressariam à origem finda a ocupação conseguida: de facto vieram para ficar, e as sociedades civis fazem recordar a época em que os nossos Reis eram Reis das Três Religiões, os condomínios fechados recordam a segurança procurada nos castelos, o recurso aos muros, como no Rio Grande e em Israel, imitam a muralha da China excludente, e o derrubado Muro de Berlim da política de metades.

É certo que o núcleo de desesperados desta origem, recrutáveis para o terrorismo, grupo que inclui assimilados aos comportamentos sociais e aos saberes adquiridos até nas universidades, mas não esquecidos dos capitais de queixas e das exclusões dos seus próximos, é menos numeroso do que o grupo islâmico de simpatizantes: mas o facto é que o conflito das civilizações instala-se na percepção dos que se assumem ameaçados, e a reformulação de uma ordem pacífica, interna e internacional, vai sendo adiada enquanto o somatório das agressões e das vítimas cresce.

Daqui a importância e urgência da iniciativa de João Paulo II, que em Assis reuniu os responsáveis de todas as confissões no sentido de proclamarem que os livros santos não santificam a violência, e de proclamarem também os valores comuns a todas elas, a partir dos quais deveriam congregar os esforços a favor da paz.

Para informação dos fundamentalismos laicos, que designadamente recusam aos textos organizativos da Europa em formação a recordação dos valores cristãos, e para os relativistas que tendem para reconhecer a tudo quanto acontece a legitimidade ganha por ter acontecido, lembremos que no edifício da ONU, julgamos que por iniciativa do ilustre Secretário Geral Hammarskjöld, que seria abatido no Congo em serviço, existe uma pequena sala despida, tendo ao centro uma pedra branca translúcida, sobre a qual incide um raio de luz vindo do alto, e se destina à meditação de todos os crentes. No legado da ONU também está o apelo à transcendência, à esperança de as preces serem escutadas.

Os pequenos países estão tão em perigo como os que se situam no topo da hierarquia dos poderes, porque é todo o espaço que foi chamado, pelo maoísmo, a cidade planetária do Norte, que está globalmente ameaçado, com derivas para alguns Estados do Sul pobre.

Mas em relação aos pequenos Estados, alguns a derivarem para a categoria de Estados exíguos, como se passa com Portugal, as mudanças induzidas pela globalidade atingem mais severamente as estruturas seculares e as escalas de valores que as envolviam.

Em primeiro lugar encontram-se com as fronteiras plurais em que se traduziu a desfibração da fronteira geográfica histórica e sacralizada pelos combates: a inevitável adesão à Europa em formação faz da fronteira geográfica um apontamento administrativo, em vista da livre cir-

*Daqui a importância e urgência da iniciativa de João Paulo II, que em Assis reuniu os responsáveis de todas as confissões no sentido de proclamarem que os livros santos não santificam a violência*



culação de pessoas, capitais e mercadorias; a fronteira de segurança fica nas lonjuras da fronteira da NATO, agora obediente ao novo conceito estratégico que a coloca onde estiver a ameaça aos interesses legítimos da Aliança; a fronteira económica é a da União Europeia; a defesa de uma área cultural específica aponta para uma diferente fronteira cultural, que seria da CPLP.

A evolução da União Europeia, agora em busca de uma constitucionalização ou algo de parecido, aponta para uma cidadania de três faces; uma de ligação a Portugal, outra de ligação à União, outra, finalmente, de ligação aos interesses comuns da humanidade, interesses que inspiram o começo da reorganização da governança mundial pela instituição de um poder judicial, cuja manifestação mais importante é o Tribunal Penal Internacional.

A ideia do Estado Soberano Nacional, tão cedo adquirida pelo país, defronta-se com uma severa crise mundializada do Estado Soberano.

Isto porque a soberania evoluiu para funcional ou cooperativa, com excepções resistentes (EUA, Rússia, China, União Indiana), e a Nação encontra-se perante o regresso ao modelo multicultural que foi o dos Reis portugueses das três religiões, com todas as dificuldades que alastram pelos territórios da União, acrescentando a severa crise financeira, que soma à ameaça da exiguidade o agravamento da condição exógena: exiguidade por carência de recursos para satisfazer os objectivos para os quais as comunidades criaram os Estados; condição exógena pela situação colateral de receber os efeitos de decisões em que nem o eleitorado nem o Parlamento tiveram participação esclarecida ou sequer informada.

Uma condição que exige ser enfrentada, não pelo fascínio da alienação na ciência e na técnica em que se apoia a teologia de mercado que tem sedes directoras em lonjuras, mas pela convicção de que no principio era

o verbo, isto é, os valores, a decisão, um conceito estratégico que acrescenta, à informação e ao saber, e sabedoria de mobilizar, para o desenvolvimento humano sustentado, esses recursos da informação e do saber.

É imperativo não ignorar o apelo crescente à transcendência, recurso último dos desamparados pela alienação na teologia do mercado, um pilar necessário à restauração da sociedade de confiança, uma tarefa que não é viável num clima de “obscurcimento da esperança”, como avisou João Paulo II. Quando publicou a encíclica *Veritatis Splendor*, enfrentou, com dificuldades sérias, o relativismo ético crescente, entre mais razões pelo perigo para a solidez dos modelos democráticos e de confiança, uma inquietação que subiu de intensidade quando o fundamentalismo laico recusou inserir no projecto de Constituição Europeia a referência aos valores cristão, que ele considerava um dos fundamentos da Europa, fundamentalismo laico que assim recusava a directiva da *Fides et Ratio* no sentido do encontro entre a fé e a cultura.

Mas a sua intervenção mais inovadora foi a realização em 27 de Outubro de 1986, da Jornada Mundial de Oração pela Paz. Na cidade santa de Assis, acompanhado, entre outros líderes religiosos, pelo ortodoxo Arcebispo Methodios, pelo Arcebispo Runcie de Cantuária, e pelo Dalai Lama, representando mais de quatro milhões de fiéis das várias crenças, todos meditaram sobre a definição dos valores comuns que inspirariam a acção convergente a favor da paz: a Nova Mensagem de Assis.

A sua peregrinação à Colina da Cruz na Lituânia ficou como inspiração: ali, os lituânios, desde 1863, implantaram cruzes em lembrança das vitórias da insurreição contra a Rússia. Durante a dominação soviética, os invasores destruíram sistematicamente as cruzes. Os lituanos voltaram a implantá-las. O apelo aos valores é um convite a seguir de acção.